

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___^a)
 PERGUNTA Número 630 / x (4^a)

Expeça-se
Publique-se
<i>27, 11 2008</i>
O Secretário da Mesa <i>Rosalina Albuquerque</i>

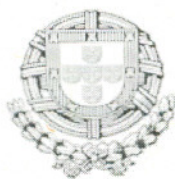
Assunto: Situação laboral de funcionários públicos sob tutela do Ministério da Economia e Inovação

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Três casos da situação laboral de funcionários públicos sob tutela do Ministério da Economia e Inovação suscitam justificadas dúvidas e interrogações:

- i) No Diário da República, II Série, de 25 de Agosto, encontram-se publicados treze despachos concedendo licenças extraordinárias, que vão de 1 ano a 27 anos, a funcionários do Ministério da Economia e Inovação. Ao que apurámos, os prazos variam em função do número de anos que a cada pessoa falta para ter direito à aposentação, e foram concedidas, na generalidade, a pessoas que estavam de licença sem vencimento, a exercer funções em empresas privadas, acumulando agora o vencimento dessas empresas com o valor da licença extraordinária;
- ii) Duas trabalhadoras da ASAE, que exerciam funções na Delegação de Santarém, foram mandadas passar a exercer funções no laboratório pericial, em Lisboa, mas com a obrigação de continuarem a picar o ponto em Santarém;
- iii) O pessoal do corpo de inspecção da ASAE é regularmente escalado para actuar em acções fora da sua área de intervenção, por exemplo, irem de Lisboa para o Porto (facto que não se contesta). Porém, o tempo de deslocação não é contabilizado como tempo de trabalho efectivo.



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro da Economia e Inovação me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Uma informação suficientemente esclarecedora sobre os três casos referidos.
2. Há outras situações como os casos citados no quadro do Ministério ou dos organismos autónomos sob sua tutela? Quais as situações?

Palácio de S. Bento, 27 de Novembro de 2008

Deputado

Agostinho Lopes